



Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul Procuradoria-Geral de Justiça

XXVI Concurso Público

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO

Prova Preambular

Instruções

1. Leia atentamente as instruções. **Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.**
2. Para fazer esta prova, você usará:
 - a) este caderno de questões;
 - b) um cartão-resposta;
 - c) caneta esferográfica de tinta azul.
3. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as questões e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. **Qualquer reclamação só será aceita durante os cinco minutos iniciais da prova.**
4. Ao receber o cartão-resposta, verifique se há marcações indevidas no campo destinado às suas respostas. Se houver, reclame imediatamente.
5. **O cartão-resposta deverá ser, obrigatoriamente, devolvido.**
6. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras **A, B, C, D e E**. Transcreva para o cartão-resposta a alternativa correta. **Há somente uma alternativa correta para cada questão**, a qual deverá ser marcada somente com caneta esferográfica na cor azul.
7. Não faça rasuras no cartão-resposta.
8. Procure responder todas as questões.
9. Durante a prova, sob pena de exclusão do certame, é vedado ao candidato:
 - a) comunicar-se com qualquer pessoa ou realizar qualquer consulta de legislação comentada ou não, papéis ou anotações de toda natureza, bem como a utilização de componentes eletrônicos de qualquer espécie, dentre os quais, relógio com tecnologia digital, sob pena de eliminação do candidato e sua retirada do recinto;
 - b) ausentar-se do recinto, a não ser acompanhado de fiscal especialmente designado;
 - c) entregar a prova além do limite de tempo fixado para sua realização;
 - d) desrespeitar Membros da Comissão de Concurso ou da Equipe de Fiscalização, assim como proceder de forma incompatível com as normas de civilidade e compostura exigíveis de um bacharel de Direito.
10. O candidato somente poderá levar o caderno de questões após duas horas do início da prova.

DURAÇÃO DESTA PROVA: 5 HORAS

Suporte Técnico:



Direito Constitucional

1 - Sobre o Poder Constituinte é **incorreto** afirmar:

- A) o objetivo fundamental do Poder Constituinte Originário é o de criar um novo Estado.
- B) o Poder Constituinte Originário é inicial, não autônomo (segundo a corrente positivista adotada no Brasil) e ilimitado juridicamente.
- C) o Poder Constituinte Derivado também é denominado de Poder Constituinte Instituído, Constituído, Secundário ou de Segundo Grau.
- D) o Poder Constituinte Derivado Decorrente tem como missão estruturar a Constituição dos Estados-Membros.
- E) o Poder Constituinte Derivado é limitado e condicionado.

2 - Acerca das competências legislativas das unidades da Federação, é **incorreto** afirmar:

- A) lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias de competência privativa da União.
- B) no âmbito da legislação concorrente, compete à União expedir normas gerais (restritas ao estabelecimento de diretrizes nacionais e uniformes sobre determinados assuntos) e normas específicas ou particularizantes federais.
- C) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Municípios, mas não a dos Estados.
- D) inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- E) os Municípios, além de editarem suas leis orgânicas, também possuem competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

3 - Relativamente aos princípios de interpretação especificamente constitucionais, é **incorreto** afirmar:

- A) o princípio da interpretação conforme a Constituição não atua no campo do controle de constitucionalidade das leis, porque, declarando o Judiciário que certas aplicações da lei não são compatíveis com a Constituição, está ele apenas conservando a lei no sistema jurídico, evitando a sua não continuidade, ainda que com características diferentes, podendo-se, em razão disso, sustentar-se a atuação do julgador como legislador positivo.
- B) o princípio da supremacia constitucional é resultado da rigidez normativa que ostentam os preceitos de nossa Constituição, impondo ao Poder Judiciário, qualquer que seja a sede processual, que se recuse a aplicar leis ou atos estatais reputados em conflito com a Carta Federal.
- C) o princípio da presunção de constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público também significa que, não sendo evidente a inconstitucionalidade, havendo dúvida ou possibilidade de razoavelmente se considerar a norma como válida, deve o órgão competente abster-se da declaração de inconstitucionalidade.
- D) o princípio da unidade da Constituição tem o efeito prático de harmonizar as normas constitucionais, na medida em que se tem de produzir um equilíbrio, sem negar por completo a eficácia de qualquer delas.
- E) o princípio da razoabilidade traduz limitação material também às atividades normativas do Estado, controlando o arbítrio do legislador.

4 - Aponte a alternativa **incorreta**, sobre o tema da intervenção:

- A) são hipóteses típicas da intervenção da União nos Estados, dentre outras: manter a integridade nacional; deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada; pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual.
- B) segundo a ordem constitucional, sempre em situações excepcionais, a União pode intervir nos Estados e no Distrito Federal; os Estados podem intervir em seus Municípios; a União pode intervir nos Municípios localizados em Territórios Federais.
- C) a decretação da intervenção, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.
- D) a decretação da intervenção da União nos Estados, visando assegurar a observância da forma republicana, do sistema representativo e do regime democrático, dependerá do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República.
- E) o decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas.

5 - Sobre o processo legislativo, é **incorreto** afirmar:

- A) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta: de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal; do Presidente da República; de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.
- B) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- C) é vedada a edição de medidas provisórias sobre as seguintes matérias, dentre outras: nacionalidade e cidadania; direito penal e processual penal; organização do Ministério Público; reservada a lei complementar.
- D) a Constituição não admite a iniciativa parlamentar em tema de direito tributário, pois se trata de iniciativa privativa do Presidente da República.
- E) as medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

6 - É **incorreto** afirmar, sobre o Tribunal de Contas da União:

- A) o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- B) o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- C) o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais de cujo capital a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.

- D) o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal, ou a Município.
- E) o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete aplicar aos responsáveis, em casos de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

7 - Sobre a nacionalidade, aponte a alternativa **incorreta**:

- A) são brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- B) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- C) aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.
- D) são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto, idoneidade moral e inexistência de condenação penal.
- E) são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

8 - Assinale a alternativa **incorreta**, sobre o Conselho Nacional de Justiça:

- A) ao CNJ compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- B) ao CNJ compete zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.
- C) ao CNJ compete a instauração de procedimentos disciplinares contra juízes somente após a atuação da Corregedoria do Tribunal.
- D) ao CNJ compete rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
- E) ao CNJ compete representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade.

9 - Assinale a alternativa **incorreta**, sobre o tema do Controle de Constitucionalidade:

- A) a ação declaratória de constitucionalidade, ajuizada perante o STF, tem como objeto apenas a lei ou ato normativo federal.
- B) as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- C) segundo a Constituição, declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder

competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.

- D) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, ajuizada perante o STF, tem como objeto a lei ou ato normativo federal ou estadual.
- E) a arguição de descumprimento de preceito fundamental, ajuizada perante o STF, permite o exame apenas da inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual, incluídos atos anteriores à Constituição.

10 - Assinale a alternativa **incorreta**, sobre as funções institucionais do Ministério Público:

- A) promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.
- B) zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição, representando às autoridades competentes para adoção das medidas necessárias a sua garantia.
- C) promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- D) promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- E) requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

11 - Segundo a Constituição Federal, apenas um dos registros abaixo está **errado**, quanto à composição do Conselho Nacional do Ministério Público:

- A) quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras.
- B) três membros do Ministério Público dos Estados.
- C) dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça.
- D) dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Senado Federal.
- E) dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

12 - Sobre o instituto da iniciativa popular de projetos de leis, tido como instrumento da soberania popular, é **incorreto** afirmar:

- A) o instituto significa a possibilidade de o eleitorado nacional deflagrar processo legislativo de lei complementar ou ordinária.
- B) pela real importância do instituto, incluído no rol dos direitos políticos com previsão constitucional, esse tipo de projeto de lei não está submetido a emendas parlamentares, devendo ser apenas aprovado ou rejeitado pelo Parlamento.
- C) havendo alteração, por emendas parlamentares, do projeto de lei de iniciativa popular, não se exige referendo popular, para a lei ser válida.
- D) o projeto de lei de iniciativa popular deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- E) os projetos de iniciativa popular sempre iniciarão a tramitação na Câmara dos Deputados.

13 - Sobre a Administração Pública, é **incorreto** afirmar:

- A) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- B) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- C) a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória ou indenizatória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais, no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e Defensores Públicos.
- D) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores.
- E) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

14 - É **incorreto** afirmar, sobre o contido na Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul:

- A) a Administração Pública é obrigada a fornecer, no prazo de 30 dias a qualquer cidadão, para a defesa de direitos, certidão de quaisquer atos e a atender, no mesmo prazo, se outro não for fixado, às requisições judiciais.
- B) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos da administração pública direta, indireta ou das fundações de qualquer dos Poderes do Estado e dos Municípios deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, nela não podendo constar nomes, símbolos, imagens ou cores que caracterizem a promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos, de agentes políticos ou de partidos políticos.
- C) sempre que pagos com atraso, os vencimentos dos servidores públicos estaduais sofrerão atualização pela incidência do índice oficial de correção monetária, devendo o Estado, nesta hipótese, efetuar o pagamento desses valores no mês subsequente ao da referida ocorrência.
- D) assegura-se aos portadores de hanseníase; câncer; doença renal crônica; síndrome da imunodeficiência adquirida; tuberculose e outras moléstias, desde que comprovadamente carentes e pelo período de duração do tratamento que, embora contínuo, dispense a internação hospitalar, o direito ao transporte público gratuito, garantido pelo Estado e Município, conforme seja intermunicipal ou municipal seu deslocamento.
- E) desde que aprovado em concurso público, não é vedado a qualquer servidor o exercício de cargo, emprego ou função sob as ordens imediatas de superior hierárquico, de que seja cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau civil.

Direito Penal

15 - Relativamente ao princípio da insignificância, assinale a alternativa **correta**:

- A) O princípio da insignificância pode ser aplicado no plano abstrato.
- B) Possuindo o réu antecedente criminal não é possível a aplicação do princípio da insignificância.
- C) O princípio da insignificância atua como instrumento de interpretação restritiva do tipo penal.
- D) Pode se dizer que o fundamento teórico do princípio da insignificância reside no caráter retributivo.
- E) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, em caso de apreensão de quantidade ínfima de cocaína é possível o trancamento da ação penal, com base no princípio da insignificância.

16 - Considere as seguintes proposições,

- I. O Direito Penal do Inimigo, idealizado por Günther Jakobs, pode ser entendido como um Direito Penal de quarta geração. Na sua concepção inimigo é aquele que afasta de modo permanente da norma. Segundo esta teoria, não deve ser ao criminoso conferido o *status* de cidadão.
- II. Segundo Hans Welzel, o Direito Penal tipifica somente condutas que tenham certa relevância social; caso contrário não poderiam ser delitos. Welzel desenvolve, a partir dessa ideia, o princípio da adequação social.
- III. Com introdução de considerações axiológicas e materiais, o neokantismo substituiu o método puramente jurídico-formal do positivismo. O modelo neokantista possui o mérito de ter demonstrado que toda realidade traz em seu bojo um valor preestabelecido, permitindo a constatação de que as normas jurídicas, como um produto cultural, possuem como pressupostos valores prévios, e o próprio intérprete que, por mais que procure adorar certa neutralidade, não estará imune a maior ou menor influência desses valores.
- IV. Claus Roxin aborda a Teoria da Imputação Objetiva sob a concepção de um funcionalismo radical, entendendo que o Direito Penal tem como função essencial a reafirmação da norma, visando fortalecer as expectativas de quem a obedece.

São **corretas**:

- A) Somente as proposições I e II.
- B) Somente as proposições III e IV.
- C) Somente as proposições I, II e IV.
- D) Somente as proposições II e III.
- E) Somente as proposições I, II e III.

17 - Considere as assertivas abaixo,

- I. O princípio da legalidade, que se desdobra nos princípios da reserva legal e da anterioridade, não é aplicável às medidas de segurança, pois elas não possuem natureza de pena, uma vez que o Código Penal apenas se refere aos crimes e contravenção penal.

- II. A *abolitio criminis*, que possui natureza jurídica de causa de extinção da punibilidade, acarreta a extinção dos efeitos penais e extrapenais da sentença condenatória.
- III. Aplicável é a lei penal do tempo da libertação da vítima de sequestro, mesmo que mais gravosa do que aquela vigente ao tempo da ação que levou a vítima para o cativeiro.
- IV. Em caso de relevância e urgência, é possível a edição de Medida Provisória em matéria penal, unicamente para beneficiar o réu.

São **incorretas**:

- A) Somente as assertivas I e II.
- B) Somente as assertivas II, III e IV.
- C) Somente as assertivas II e IV.
- D) Somente as assertivas I, III e IV.
- E) Somente as assertivas I e IV.

18 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) Relativamente à tentativa, o Código Penal Brasileiro adotou, como regra, a teoria objetiva.
- B) Não admitem a forma tentada, entre outros: crimes culposos, contravenções penais, crimes instantâneos, crimes omissivos próprios e crimes formais.
- C) O critério para a fixação do percentual previsto no art. 14, II, do CP (que trata da tentativa), inclusive quanto ao homicídio, não se baseia somente no quantum percorrido do iter criminis, de forma que a diminuição da pena não será necessariamente menor pelo simples fato do agente ter ficado próximo da consumação do delito.
- D) O crime de cárcere privado é um exemplo de crime que não admite a tentativa.
- E) Segundo entendimento do STF há crime de latrocínio tentado quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.

19 - Considere as assertivas abaixo,

- I. As denominadas teorias absolutas da pena consideram que a pena se esgota na ideia de pura retribuição, tem como fim a reação punitiva, ou seja, responde ao mal constitutivo do delito com outro mal que se impõe ao autor do delito. Kant, um dos seus principais defensores, considerava que a exigência da pena derivava da ideia de justiça.
- II. As teorias ecléticas veiculam a dúplice finalidade da pena: presta-se tanto a reprimir o criminoso como a prevenir a prática do crime.
- III. Para as teorias relativas a pena tem um fim prático e imediato de prevenção geral ou especial do crime, não se justificando por si mesma, mas apenas na medida em que se cumprem os fins legitimadores do controle de delinquência.
- IV. A teoria da prevenção especial negativa da pena busca a segregação do criminoso, com o fim de neutralizar a possível novação delitiva, tendo em Von Liszt um dos seus adeptos.

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas I e II.
- B) Somente as assertivas I, II e III.
- C) Somente as assertivas I, III e IV.
- D) Somente as assertivas III e IV.
- E) Todas as assertivas estão corretas.

20 - Analise as assertivas abaixo, considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

- I. Não é adequada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.
- II. Diante do disposto no Código Penal acerca do regime de cumprimento da pena, é inadmissível a adoção do regime semiaberto aos reincidentes condenados a pena igual ou inferior a quatro anos.
- III. Havendo previsão em lei especial da cominação cumulativa de pena privativa de liberdade e pecuniária, é vedada a substituição da prisão por multa.
- IV. O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado é justificável pelo número de majorantes.

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas I, III e IV.
- B) Somente as assertivas I e III.
- C) Somente as assertivas II, III e IV.
- D) Somente as assertivas I, II e IV.
- E) Todas as assertivas.

21 - Considere a seguinte situação hipotética: Tício, Mélvio e Caio resolvem praticar um crime de roubo mediante uso de arma de fogo. Caio arranja um revólver para a prática do crime, enquanto Mélvio fica responsável pelo transporte dos comparsas e dar-lhes fuga. Tício fica responsável por atrair a vítima até o local onde o crime foi praticado. Caio, que escondido aguardava, é quem rende e ameaça a vítima com a arma de fogo. Cometido o roubo, Tício e Caio empreendem fuga levados por Mélvio. Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, Mélvio foi:

- A) Partícipe, pois não executou o núcleo do tipo.
- B) Coautor funcional ou parcial do crime.
- C) Coautor do crime, mas sua atuação foi de menor importância, fazendo jus à redução legal.
- D) Responsável apenas pelo crime de favorecimento pessoal.
- E) Partícipe, em consonância com Teoria do Domínio do Fato, adotada pelo Código Penal, uma vez que não tinha o controle da conduta.

22 - É **correto** afirmar que:

- A) Em se tratando de crime de trânsito, com resultado morte, cujo elemento subjetivo tenha sido classificado como dolo eventual, em princípio não é possível incluir a qualificadora prevista no artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal
- B) Para configurar o crime de homicídio ou infanticídio é necessário que o nascituro tenha respirado, pois em não havendo respiração o crime é de aborto.
- C) Em sede de homicídio culposo, é possível utilizar a causa de aumento de pena constante do artigo 121, § 4º, do Código Penal, relativa à inobservância de regra técnica de profissão, ainda que essa mesma causa tenha sido utilizada para a caracterização do próprio tipo penal.
- D) Em face da adoção, em nosso Código Penal, da teoria monista, quem auxilia a gestante a praticar aborto, responde, em concurso material com ela, pelo mesmo crime, qual seja: artigo 124, do Código Penal.
- E) O parentesco não é agravante no crime de homicídio doloso, mas funciona como qualificadora.

Art. 121 – Matar alguém (...).

§ 2º Se o homicídio é cometido: (...)

IV – à traição, de emboscada ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa da vítima.
(...)

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime resulta de inobservância de regra técnica.

Art. 124 – Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque.

23 - Assinale a opção **incorreta**:

- A) É punível a calúnia contra os mortos.
- B) Resultando da injúria real ou qualificada lesão corporal, a ação penal passa a ser pública incondicionada.
- C) Quem, de modo preconceituoso, afirma que alguém é velho caquético, ciente da idade e deficiência auditiva da pessoa, comete uma das modalidades de crime de racismo.
- D) Caracterizado crime contra a honra de servidor público, em razão do exercício de suas funções, será concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido.
- E) Considere que Paulo pratique crime contra a honra de Cezar, imputando-lhe, falsamente, fato definido como crime e que Adalberto, sabendo falsa a imputação, a propale e divulgue. Nessa hipótese, Adalberto incorre na mesma pena de Paulo.

24 - Mélvio e Tício ajustam entre si a prática de um furto na residência de Joana, pois acreditavam que ela estava viajando, estando o imóvel deserto. Dividem as atividades criminosas da seguinte maneira: Mélvio deveria permanecer nas imediações para observar e vigiar a aproximação de alguém, enquanto Tício ingressaria no imóvel, mediante arrombamento de uma das janelas. Após adentrar, Tício é surpreendido com a presença de Joana, pois ela não havia viajado. Desse modo, Tício domina Joana, utilizando-se de ameaças de morte, ante sua evidente superioridade física e de uma faca que trazia consigo. Com Joana subjugada, Tício a submete à prática de conjunção carnal. Depois de consumir o ato, ainda com Joana rendida, Tício subtrai vários objetos de valor do local. Após se retirar, Tício partilha com Mélvio o produto do crime, contando-lhe dos fatos ocorridos no interior da residência. Assinale a alternativa **correta** quanto aos crimes cometidos:

- A) Tício responde por roubo qualificado e estupro, enquanto Mélvio responde por furto qualificado, aumentando-se a pena até a metade em razão do resultado ocorrido.
- B) Tício e Mélvio respondem por roubo qualificado e estupro.
- C) Tício e Mélvio respondem por roubo qualificado, enquanto Tício também responde pelo estupro.
- D) Tício responde por roubo qualificado e estupro, enquanto Mélvio responde pelo furto qualificado.
- E) Tício responde por roubo qualificado e estupro, enquanto Mélvio responde pelo furto qualificado e estupro.

25 - Para fins penais, é **correto** afirmar que o conceito de funcionário público:

- A) Não abrange aquele que trabalha para uma empresa particular que mantém convênio com o Poder Público, e para este presta serviço.
- B) Não atinge os titulares e os auxiliares do tabelionato, conforme previsão da Constituição Federal.
- C) Não atinge quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada pela administração pública.
- D) Não abrange quem exerce cargo, emprego ou função pública, ainda que transitoriamente ou sem remuneração.
- E) Não abrange o funcionário comissionado.

26 - Acerca da Lei 11.343/2006 (Lei Antidrogas), considere as assertivas abaixo:

- I. Há distinção entre o traficante e o fornecedor eventual de drogas, tendo a legislação abrandado a punição deste em relação àquele, tratando a questão como crime de menor potencial ofensivo, desde que presentes, além da eventualidade no fornecimento da droga, a ausência de objetivo de lucro, a intenção de consumir droga em conjunto e o oferecimento da droga a pessoa de relacionamento do agente.
- II. Quem, depois de consumir cocaína e sob efeito dessa substância, pilota pequena aeronave de sua propriedade, colocando em risco a incolumidade outrem, com manobras perigosas que fazia, comete ilícito previsto na Lei Antidrogas.
- III. Comete o crime de tráfico em concurso formal impróprio (ou imperfeito) o agente que, em um mesmo contexto fático, prepara e mantém em depósito para vender algumas porções de cocaína, sem autorização legal ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, sendo preso em flagrante antes da prática do ato de comércio da substância entorpecente preparada.

- IV. Quem, para consumo pessoal, semeia plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância capaz de causar dependência psíquica pode ser submetido à medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas I, II e IV.
- B) Somente as assertivas I, II e III.
- C) Somente as assertivas II, III e IV.
- D) Somente as assertivas II e III.
- E) Somente as assertivas I e IV.

27 - Nos casos de sentença condenatória por prática de crime envolvendo licitação (Lei nº 8.666/93), quando o réu é servidor público está sujeito à perda

- A) do emprego na hipótese exclusiva do delito ter sido consumado.
- B) do cargo, da função ou do emprego, mesmo que se trate de delito tentado.
- C) da função, mas não do mandato eletivo, mesmo que a hipótese seja delito tentado.
- D) do cargo, somente se consumado o delito.
- E) do cargo, mas não da função, ainda que se trate de delito tentado.

28 - Considere as seguintes assertivas em relação à Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha):

- I. O Superior Tribunal de Justiça entende que não há a necessidade de coabitação para a aplicação da lei, bastando que se configure relação íntima de afeto entre agressor e vítima para atrair o rigor maior da lei.
- II. Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não se pode afirmar que a pena mais grave atribuída ao delito de lesões corporais praticado no âmbito das relações domésticas seja aplicável apenas nos casos em que a vítima é mulher, pelo simples fato de essa alteração ter-se dado pela Lei nº 11.340/2006.
- III. Enquanto não estruturados os juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- IV. Ao tomar conhecimento da violência doméstica e familiar contra a mulher, deve a autoridade policial ouvir a ofendida, tomar a representação a termo, colher provas, determinar que se proceda a exame de corpo de delito, ouvir o agressor e testemunhas e remeter, no prazo de 48 horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas I e II.
- B) Somente as assertivas II, III e IV.
- C) Somente as assertivas III e IV.
- D) Somente as assertivas I, II e III.
- E) Todas as assertivas.

Direito Processual Penal

29 - Analise as seguintes proposições:

- I. O princípio *nemo tenetur se detegere* tem aplicação apenas em relação ao mérito do interrogatório, pois o réu tem o dever de informar seu nome e endereço, não sendo aplicável o direito ao silêncio, até porque o direito penal é dos fatos e não do autor.
- II. Segundo o Supremo Tribunal Federal, não é vedada a gravação clandestina, inexistindo ferimento ao princípio da proibição de utilização de prova ilícita, pois a despeito de ser reprovável no campo ético, não o é no jurídico, pois as garantias estabelecidas na Constituição em forma de direitos fundamentais, em rigor, estão previstas como forma de proteção à intervenção de terceiros, de modo que, quando um dos interlocutores cuida de registrar a sua conversa com outrem, ainda que sem o consentimento deste, não há que se falar em ofensa ao direito à intimidade.
- III. O princípio da proibição de proteção insuficiente pode ser entendido como uma espécie de garantismo positivo, ao contrário do garantismo negativo (que se consubstancia na proteção contra os excessos do Estado) já consagrado pelo princípio da proporcionalidade.
- IV. O princípio do *in dubio pro societate* somente é aplicável na fase pronúncia, uma vez que ele não se mostra compatível com o Estado Democrático de Direito.

São **corretas**:

- A) Todas as assertivas.
- B) Somente as assertivas I e IV.
- C) Somente as assertivas I, II e III.
- D) Somente as assertivas II, III e IV.
- E) Somente as assertivas II e III.

30 - Assinale a alternativa **incorreta**:

- A) Tratando-se de lesões corporais, mesmo que de natureza leve ou culposa, praticadas contra a mulher em âmbito doméstico, a ação penal cabível é a pública incondicionada, permanecendo, entretanto, a necessidade de representação para crimes previstos em leis diversas da Lei n 9.099/95.
- B) Em relação ao princípio da obrigatoriedade, o Ministério Público forma sua *opinio delicti* de modo independente, pelo que não cabe ao Poder Judiciário impor ao *parquet* que compartilhe entendimento acerca da necessidade de inclusão de outras pessoas no polo passivo da ação.
- C) A ação penal será pública sempre, seja qual for o crime, quando cometido em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município.
- D) Nos crimes contra a dignidade sexual a regra é a ação penal pública condicionada à representação da vítima, comportando como única exceção os casos em que a vítima é pessoa vulnerável, o que torna a ação penal pública incondicionada.
- E) É pública, condicionada à representação, a ação penal por crime de sonegação fiscal.

31 - Em tema de interceptação telefônica, é **correto** afirmar que

- A) A gravação que não interessar à prova será inutilizada, incontinenti, por determinação da autoridade policial, durante o inquérito policial.
- B) Em qualquer hipótese, a interceptação telefônica não será admitida quando não for possível a indicação e qualificação dos investigados.
- C) A interceptação telefônica poderá ser determinada pelo juiz a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, não podendo ser determinada de ofício.
- D) O pedido de interceptação telefônica poderá ser formulado verbalmente, caso em que a concessão será condicionada à sua redução a termo, devendo a autoridade judiciária sobre ela decidir no prazo de vinte e quatro horas.
- E) O crime de constrangimento ilegal (art. 146 do CP), executado por uma só pessoa e sem emprego de arma de fogo, mas mediante grave ameaça, admite a quebra do sigilo telefônico.

32 - Em sede de Juizados Especiais Criminais, analise as assertivas abaixo:

- I. Para o oferecimento da denúncia será dispensado o exame de corpo de delito quando houver boletim médico ou prova equivalente atestando a materialidade do crime.
- II. A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal, bem como pela prevenção.
- III. Na apuração das infrações penais de menor potencial ofensivo, não se admitirá nenhuma espécie de citação ficta.
- IV. A composição dos danos civis, que deve ser reduzida a termo e valer como título executivo judicial, sempre obsta a propositura da ação penal.

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas I e II.
- B) Somente as assertivas I e III.
- C) Somente as assertivas II, III e IV.
- D) Somente as assertivas I, III e IV.
- E) Somente as assertivas II e IV.

33 - A sucumbência reflexa:

- A) Não existe no processo penal pátrio.
- B) Confunde-se com a assistência de acusação.
- C) Prevê enumeração exemplificativa dos legitimados.
- D) Somente é de provocação restrita da instância recursal.
- E) Não permite a interposição do recurso de apelação pelo terceiro que não se habilitou como assistente.

34 - Assinale a opção **correta**:

- A) O Ministério Público deverá ser ouvido nos autos antes da concessão da liberdade provisória vinculada, o que é dispensável em se tratando de hipótese de liberdade provisória com fiança.
- B) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público ou por representação da autoridade policial.
- C) Em face de crime de ação penal privada, é incabível a decretação de prisão preventiva.

- D) Na hipótese de o executor do mandado de prisão verificar, com segurança, que o réu tenha entrado em alguma casa, o morador será intimado a entregá-lo, à vista da ordem de prisão. Se não for atendido imediatamente, o executor convocará duas testemunhas e, ainda que seja noite, entrará à força na casa, arrombando as portas, caso seja necessário.
- E) Em nenhuma hipótese caberá prisão preventiva nos crimes punidos com detenção.

35 - Acerca dos procedimentos criminais, considere as assertivas abaixo:

- I. Há violação ao princípio da identidade física do juiz, expressamente previsto no direito processual penal brasileiro, na hipótese de juiz substituto tomar os depoimentos das testemunhas de acusação e, posteriormente, ser sucedido pelo juiz titular que toma os depoimentos das testemunhas de defesa e profere sentença de mérito condenando o réu.
- II. No processo comum, o acusado pode ser absolvido sumariamente quando o Ministério Público for parte ilegítima para o exercício da ação penal.
- III. No processo e julgamento dos crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei Antidrogas), a ausência de apreensão da droga não torna a conduta atípica se existirem outros elementos aptos a comprovarem o crime de tráfico.
- IV. A ação penal pela prática de crime falimentar (Lei nº 11.101/05) será proposta perante o juízo da falência, que é universal, tendo, assim, competência para julgá-la.

São **incorretas**:

- A) Somente as assertivas I, II e IV.
B) Somente as assertivas II e III.
C) Somente as assertivas II, III e IV.
D) Somente as assertivas I e III.
E) Todas as assertivas.

36 - Analise os temas abaixo e assinale a alternativa **correta**:

- A) Conforme a Lei nº 9.807/97 (Programa de Proteção a Vítimas e as Testemunhas), poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder a diminuição de pena ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado: I – a identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa; II – a localização da vítima com a sua integridade física preservada; III – a recuperação total ou parcial do produto do crime.
- B) A lavagem de dinheiro (Lei nº 12.683/2012) continua a ser um crime derivado, mas agora depende de uma infração penal antecedente, que somente pode ser um crime.
- C) Tratando-se de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação pode ser realizada em qualquer fase da persecução criminal, dependendo, entretanto, de oitiva do Ministério Público e autorização judicial.
- D) Segundo o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o condenado punido por falta grave sofre a perda da integralidade dos dias remidos.
- E) Em sede de crime hediondo ou a ele equiparado (Lei nº 8.072/90), o participante ou associado que denunciar a quadrilha ou bando para à autoridade poderá receber o perdão judicial, com a consequente extinção da punibilidade, ou terá a pena reduzida de um a dois terços.

37 - A respeito do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a opção **incorreta**:

- A) Pronunciado o réu pelo delito doloso contra vida, de regra, deve o juiz remeter a julgamento pelo Tribunal do Júri os crimes conexos, sem proceder qualquer análise de mérito ou de admissibilidade quanto a eles.
- B) A situação de a vítima, ou o agressor, ou ambos, serem pessoas conhecidas no local da infração, o que, certamente, provocaria o debate prévio na comunidade a respeito do fato, não é suficiente para o desaforamento.
- C) O assistente somente será admitido se tiver requerido sua habilitação até cinco dias antes da data da sessão na qual pretende atuar.
- D) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é nulo o julgamento ulterior pelo júri com a participação de jurado que funcionou em julgamento anterior.
- E) Na elaboração dos quesitos o Juiz de Direito poderá redigi-los livremente, vedada a admissão de teses que não constem expressamente da denúncia ou dos debates orais no Plenário.

38 - Analise as assertivas referentes aos processos de competência do júri:

- I. A impronúncia, uma decisão que encerra a primeira fase do *judicium accusationis* sem inaugurar a segunda, deve ser impugnada através de recurso em sentido estrito.
- II. O juiz, ao pronunciar o réu, constatando seus péssimos antecedentes criminais, deverá manter sua prisão ou, tratando-se de réu solto, deverá ordenar sua prisão.
- III. Provada nos autos a inexistência do fato, deve o juiz impronunciar o acusado.
- IV. Segundo o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal, é vedada a *reformatio in pejus* no direito processual penal brasileiro, de modo que decisões posteriores, mesmo que oriundas do Tribunal do Júri, não poderiam impor valores superiores aos da primeira condenação que tenha transitado em julgado para a acusação.

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas II e III.
- B) Somente as assertivas III e IV.
- C) Somente as assertivas I, II e IV.
- D) Somente a assertiva IV
- E) Somente as assertivas I e II.

39 - Analise as assertivas, apontando se são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinalando a alternativa **correta**:

- I. O Ministério Público não pode arguir a invalidade da citação, em razão da regra de que nenhuma das partes poderá arguir nulidade de formalidade cuja observância só a parte contrária interesse.
- II. Conforme entendimento alicerçado pelo Superior Tribunal de Justiça, a defesa preliminar do funcionário público nos crimes de sua responsabilidade, prevista no artigo 514 do Código de Processo Penal, é desnecessária quando a ação penal vem instruída por inquérito policial.

- III. É nula a citação por edital que indica o dispositivo da lei penal, embora não transcreva a denúncia ou queixa, ou não resuma os fatos em que se baseia
- IV. É relativa a nulidade do processo criminal por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha

- A) F, F, V, V.
B) F, V, F, V.
C) V, F, V, F.
D) V, V, F, V.
E) F, V, V, V.

40 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) O recurso em sentido estrito interposto contra decisão de rejeição da denúncia somente dispensa as contrarrazões quando a rejeição se der antes da citação do acusado.
- B) No processo penal os prazos são contados da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
- C) A extensão da apelação contra as decisões do júri é conferida pela petição de interposição.
- D) Não é nulo o julgamento de apelação sem apresentação de contrarrazões defensivas, caso o réu e seu advogado tenham sido intimados para apresentação das contrarrazões.
- E) Da decisão que concede ou denega liberdade provisória cabe recurso em sentido estrito.

41 - Em tema de revisão criminal, é **correto** afirmar que:

- A) Em nenhuma hipótese será admitida a reiteração do pedido de revisão criminal.
- B) Caso venha a ocorrer o falecimento do condenado cuja condenação tiver de ser revista, deverá ser extinta a punibilidade pela morte, com o consequente arquivamento do pedido de revisão criminal.
- C) Compete ao Tribunal de Justiça processar e julgar revisão criminal em que o réu condenado pelo juizado especial criminal pugne pela revisão da condenação.
- D) No pedido de revisão criminal, o requerente não poderá pleitear pedido de indenização pelos prejuízos sofridos, pois tal pedido deverá ser objeto de ação própria na esfera cível.
- E) O pleito de reexame probatório constitui fundamentação idônea para o ajuizamento de revisão criminal.

42 - Assinale a alternativa **correta**:

- A) A falta grave interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional.
- B) A frequência a curso de ensino formal é causa de remição de parte do tempo de execução de pena sob regime fechado ou semiaberto.
- C) A posse de componentes de aparelho celular não caracteriza falta grave, uma vez que a Lei de Execução Penal somente prevê como típica a conduta de portar aparelho telefônico, de rádio ou similar, não havendo a possibilidade de ser equiparada a posse de componentes de aparelho celular com o próprio aparelho.
- D) Não se admite exame criminológico pela mera peculiaridade do caso concreto.
- E) Ainda que transitada em julgada a sentença condenatória, compete ao juízo da condenação a aplicação da lei penal mais benigna.

Direito Civil

43 - Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LINDB, é **correto** afirmar:

- A) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente promulgada.
- B) se antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto destinada a correção, ainda que mantida a *vacatio legis*, o início de sua vigência ocorrerá no dia da nova publicação.
- C) a correção a texto de lei em vigor não é considerada lei nova.
- D) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.
- E) a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia nos Estados estrangeiros três meses depois de sua publicação oficial.

44 - A respeito da tutela, considere:

- I. O tutor poderá alienar bem imóvel de propriedade de menor de 16 anos, utilizando o fruto apurado na sua educação e sustento, mediante prestação de contas no final do termo da tutela.
- II. Para a fiscalização dos atos do tutor, é possível a nomeação de um protutor pelo juiz.
- III. Não podem ser tutores aqueles que não detiverem a livre administração dos seus bens
- IV. O tutor representa e assiste o tutelado nos atos da vida civil e penal

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas I, II e III.
- B) Somente as assertivas I, III e IV.
- C) Somente as assertivas II e IV.
- D) Somente as assertivas II e III.
- E) Somente as assertivas I e IV.

45 - Analise as assertivas abaixo acerca da união estável, apontando se são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinalando a opção **correta**:

- I. Os conviventes estão incluídos na ordem de vocação hereditária, com todos os direitos e garantias deferidos aos cônjuges.
- II. Na sucessão testamentária, o companheiro falecido, deixando herdeiros colaterais, não poderá dispor além da metade dos seus bens exclusivos em favor do companheiro supérstite.
- III. Ao companheiro daquele que faleceu é assegurado o direito real de habitação, de acordo com o atual Código Civil.
- IV. Há presunção *juris et de jure* de que os bens adquiridos de forma onerosa na constância da união são frutos do esforço comum.

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, V, F.
- D) F, F, V, F.
- E) F, F, F, V.

46 - Conforme a doutrina e jurisprudência dominantes, são pressupostos da usucapião: a coisa hábil ou suscetível de ser usucapida; a posse mansa e prolongada; o decurso do tempo; o justo título e a boa fé. Diante desses pressupostos, marque a alternativa **correta**:

- A) A usucapião extraordinária exige apenas que o possuidor tenha justo título e boa fé.
- B) Toda e qualquer espécie de posse mansa é capaz de conduzir à obtenção da usucapião, desde que presentes o decurso do tempo, a coisa hábil ou suscetível de ser usucapida e o justo título.
- C) Presentes os pressupostos elencados no enunciado da questão, é possível, à luz do Código Civil, que os bens dominicais possam ser usucapidos.
- D) O título anulável não é óbice para obtenção da usucapião, porquanto enquanto não for decretada sua anulação é válido, sendo eficaz e capaz de produzir efeitos.
- E) A coisa hábil ou suscetível de ser usucapida, a posse mansa e prolongada e o decurso do tempo não são absolutamente indispensáveis, podendo ser exigidos apenas em algumas situações de usucapião.

47 - São atos negociais anuláveis:

- I. Aqueles viciados por lesão ou fraude contra credores.
- II. Os que a lei assim o declarar expressamente.
- III. Aqueles praticados por incapazes sem a assistência de seu representante legal.
- IV. Os praticados com preterição de alguma formalidade que lei considere essencial para a sua validade.

São **incorretas**:

- A) Somente as assertivas I e II.
- B) Somente as assertivas III e IV.
- C) Somente as assertivas I e IV.
- D) Somente as assertivas II e III.
- E) Somente as assertivas I e III.

48 - Analise as seguintes proposições a respeito de filiação:

- I. O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, imprescritível e disponível.
- II. O reconhecimento de filho, quando realizado em testamento, pode ser revogado.
- III. O ato de reconhecimento de filho é unilateral, incondicionado e irrevogável, podendo, no entanto, ser anulado por vício de vontade.
- IV. O reconhecimento de filho havido pelo pai fora do casamento somente gera efeitos jurídicos após o falecimento deste.

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas II e III.
- B) Somente as assertivas I e IV.
- C) Somente as assertivas II e IV.
- D) Somente as assertivas I e III.
- E) Somente as assertivas I, II e IV.

49 - Em relação ao Direito das Sucessões, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A morte, a abertura da sucessão e a transmissão da herança ocorrem num só momento.
- B) Podem ser considerados indignos e, desse modo, excluídos da sucessão os autores de homicídio doloso ou culposo, tentado ou consumado, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente e descendente.
- C) A herança não poderá ser renunciada em parte.
- D) Os herdeiros poderão ceder seus direitos hereditários por escritura pública, seja a herança por bens móveis ou imóveis.
- E) Ao cônjuge sobrevivente somente é reconhecido direito sucessório se, ao tempo da morte do outro, não estavam separados judicialmente, nem separados de fato há mais de dois anos, salvo prova, neste caso, de que essa convivência se tornara impossível sem culpa do sobrevivente.

50 - Em relação ao Direito Alimentar, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) O direito a alimentos pode ser cobrado pelos filhos, na falta dos pais, preferencialmente aos avós.
- B) Ao cônjuge é possível em acordo de separação judicial renunciar aos alimentos, não mais podendo aquele que renunciou pleitear o encargo.
- C) São devidos os alimentos quando quem os pretende possui bens suficientes, ou pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, mas aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, em montante mais adequado.
- D) Os parentes, cônjuges ou companheiros tem o dever de se sustentar uns aos outros quando necessário.
- E) O espólio tem a obrigação de prestar alimentos àquele a quem o *de cujus* devia, mesmo vencidos após a sua morte, enquanto não encerrado o inventário e pagas as quotas devidas aos sucessores.

51 - A propósito do regime de bens, analise as seguintes proposições:

- I. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se, quanto ao regime de bens, a comunhão parcial.
- II. É admissível a alteração do regime de bens do casamento, mediante autorização judicial, em pedido motivado deduzido por ambos os cônjuges, ressalvados eventuais direitos de terceiros.
- III. Independentemente do regime de bens do casamento, a pessoa casada que for empresária poderá, sem necessidade de outorga conjugal, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa.
- IV. No regime de separação de bens, os cônjuges são obrigados a contribuir para as despesas do casal, na proporção dos rendimentos do seu trabalho e de seus bens vedada a estipulação em contrário no pacto antenupcial.

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas I, II e III.
- B) Todas as assertivas.
- C) Somente as assertivas II e IV.
- D) Somente as assertivas II, III e IV.
- E) Somente as assertivas I e II.

52 - Aponte se as frases a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa **correta**:

- I. São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de comunicação.
- II. Os donos de hotéis, independentemente de culpa, são responsáveis civilmente pelos atos ilícitos praticados pelos seus hóspedes.
- III. O Código Civil adota o regime de responsabilidade subsidiária e equitativa dos incapazes.
- IV. Em caso de acidente automobilístico, a responsabilidade da transportadora ficará afastada se comprovado que os danos sofridos pelo passageiro decorreram de falha mecânica do veículo.

- A) V, V, V, V.
- B) V, V, V, F.
- C) V, F, V, V.
- D) F, V, F, F.
- E) V, V, F, F.

Direito Processual Civil

53 - Considere as seguintes proposições:

- I. O princípio processual da congruência ou adstrição está diretamente ligado ao princípio do contraditório.
- II. O princípio processual do duplo grau de jurisdição não é previsto expressamente na Constituição Federal, sendo princípio implícito do texto constitucional e limitável por lei infraconstitucional.
- III. A competência para as ações fundadas em direito real sobre bem imóvel é relativa e portanto, permite a aplicação do princípio da *perpetuatio jurisdictionis*.
- IV. Em qualquer caso, pelo princípio da impugnação específica, o réu deve impugnar um a um os fatos narrados na petição inicial, sob pena de presumir-se a sua veracidade.

São **corretas**:

- A) Somente as proposições I e II.
- B) Somente as proposições III e IV.
- C) Somente as proposições I, III e IV.
- D) Somente as proposições I e IV.
- E) Somente as proposições II e III.

54 - Considere as seguintes proposições:

- I. A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.
- II. Compete à justiça estadual julgar causas entre o consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, ainda que a Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações seja assistente.
- III. A presença da União ou de qualquer de seus entes, na ação de usucapião especial, não afasta a competência do foro da situação do imóvel.
- IV. Na ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos é competente o juízo do foro do domicílio ou da residência do alimentando.

São **incorretas**:

- A) Somente a proposição II.
- B) Somente as proposições II e III.
- C) Somente as proposições I e IV.
- D) Somente as proposições III e IV.
- E) Somente as proposições I e II.

55 - Tratando-se de tutela jurisdicional antecipada é **incorreto** afirmar que:

- A) Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é cabível a tutela antecipada em toda ação de conhecimento, seja a ação declaratória, seja constitutiva (negativa ou positiva), condenatória ou mandamental.
- B) É vedado ao juiz conceder *ex officio* a antecipação da tutela.
- C) Caso a tutela antecipada tenha sido concedida *initio litis*, ou mesmo na sentença de mérito, recurso interposto contra sentença definitiva não suspende os seus efeitos em relação à antecipação da tutela.
- D) É possível concessão da antecipação da tutela *initio litis* quando um ou mais dos pedidos cumulados, ou parcela deles, mostrar-se incontroverso.
- E) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, o juiz deverá mandar emendar a petição inicial, para adaptar o pedido aos requisitos da antecipação da tutela, entre os quais a identificação com o pedido definitivo.

56 - A propósito da oposição, considere as proposições abaixo:

- I. Sendo o réu revel, a oposição somente poderá ser proposta contra o autor.
- II. Não se admite oposição nos Juizados Especiais.
- III. A oposição será distribuída por dependência e os opostos serão citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido, fixando o prazo de quinze dias para cada um.
- IV. O oponente, ao utilizar da oposição, obriga-se em exercê-la contra as partes no processo em andamento, as quais são denominadas de opostos, havendo a obrigatória formação de litisconsórcio necessário e unitário.

São **corretas**:

- A) Somente as proposições I e III.
- B) Somente as proposições I, III e IV.
- C) Somente a proposição II.
- D) Somente as proposições III e IV.
- E) Somente as proposições II, III e IV.

57 - Após sentença de mérito, mas dentro do prazo assinalado em lei para interposição da apelação, as partes ingressam com petição requerendo a suspensão do processo para a tentativa de acordo. Nessa hipótese,

- A) É possível a suspensão do processo, mas deverá ser comprovado o acordo nos autos.
- B) Independe o pedido de suspensão do assentimento do juiz, sendo possível a suspensão do processo até o prazo máximo de seis meses.
- C) Não é possível a suspensão do processo, com ou sem o assentimento do juiz.
- D) O pedido de suspensão depende do assentimento do juiz, sendo admissível até o prazo máximo de seis meses.
- E) É possível a suspensão do processo, inclusive sem a comprovação do acordo nos autos.

58 - Marque se as proposições a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V) e assinale a opção **correta**:

- I. Incumbe o ônus da prova à parte que contestar a autenticidade da assinatura lançada em documento apresentado pela parte contrária.
- II. A expedição de carta precatória suspende o processo até a colheita da prova somente se sua expedição tiver sido requerida antes da decisão de saneamento, e a prova nela solicitada for considerada imprescindível.
- III. Na formação do conjunto probatório, a iniciativa do juiz é admitida por expressa disposição legal e implica limitação ao princípio dispositivo.
- IV. O ônus probatório não pode ser objeto de convenção que o distribua de maneira diversa à legal.

- A) F, F, V, F.
- B) F, V, V, V.
- C) V, F, V, F.
- D) F, V, V, F.
- E) V, V, V, F.

59 - A respeito dos recursos, assinale a alternativa **correta**:

- A) O recurso de apelação, cujo prazo de interposição, de regra, é de quinze dias, somente é cabível da sentença que corporifica julgamento do processo com resolução de mérito, isto é, daquela tida como definitiva.
- B) Os embargos de declaração são cabíveis contra qualquer decisão judicial e, uma vez interpostos, interrompem o prazo recursal.
- C) A insuficiência do valor do preparo do recurso implicará em deserção independentemente de intimação.
- D) Após apresentado o recurso voluntário pela parte sucumbente para modificar a sentença proferida com julgamento de mérito, é incabível a desistência do recurso sem a anuência da parte contrária.
- E) O Ministério Público não tem legitimidade para recorrer nas causas que atua como fiscal da lei quando se trate de discussão a respeito de direitos individuais indisponíveis e as partes estejam assistidas por advogados ou Defensoria Pública.

60 - Considere a hipótese de o juiz indeferir, em audiência de instrução e julgamento, a produção de prova requerida pelo Ministério Público. Assinale a alternativa **correta**:

- A) Caberá agravo, no prazo de vinte dias, na forma retida, uma vez que se trata de decisão interlocutória proferida em audiência.
- B) Caberá agravo, no prazo de 10 dias, por instrumento, uma vez que se trata de decisão interlocutória suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.
- C) É impugnável via agravo, no prazo de dez dias, na forma retida, uma vez que se trata de decisão interlocutória proferida em audiência.
- D) Caberá agravo, no prazo de 10 dias, por instrumento, uma vez que se trata de decisão interlocutória capaz de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.
- E) É impugnável via agravo retido, devendo ser interposto oral e imediatamente, uma vez que se trata de decisão interlocutória proferida em audiência.

61 - Considere as seguintes proposições:

- I. A denegação de mandado de segurança pela sentença não implica cessação da eficácia da liminar concedida.
- II. Na hipótese de o juiz proferir decisão denegatória de mandado de segurança, entendendo inexistente o direito pleiteado pelo impetrante, este poderá, ulteriormente, intentar o reconhecimento do direito pela via ordinária por meio de ação própria
- III. No mandado de segurança é garantida a tutela jurisdicional a direito líquido e certo, entendido este como aquele que, mesmo para o seu reconhecimento, exija deslinde de tese jurídica complexa e controvertida.
- IV. No mandado de segurança a pretensão mandamental deve ser dirigida contra a autoridade delegante quando o ato impugnado tiver sido praticado por autoridade no exercício de competência delegada.

São **corretas**:

- A) Somente as proposições I, II e III.
- B) Somente as proposições II e III.
- C) Somente as proposições I e IV.
- D) Somente as proposições II, III e IV.
- E) Somente as proposições III e IV.

62 - Sobre a matéria de inventário e partilha, assinale a alternativa **correta**:

- A) O inventário e a partilha deverão ser requeridos dentro de um prazo máximo de trinta dias a contar da abertura da sucessão, sob pena de imposição de multa sobre o imposto a recolher.
- B) No arrolamento de bens do espólio, a existência de credores impede a homologação da partilha.
- C) O legatário é parte ilegítima para manifestar-se sobre as dívidas do espólio quando o reconhecimento das dívidas importar em mera redução dos legados.
- D) O incidente de remoção de inventariante correrá apenso aos autos do inventário.
- E) Não incumbe ao inventariante trazer à colação os bens recebidos pelo herdeiro ausente, renunciante ou excluído.

63 - Tratando-se de Ação Popular de que trata a Lei nº 4.717/65, assinale a alternativa **correta**:

- A) As associações legalmente constituídas há pelo menos um ano tem legitimidade para ajuizar ação popular.
- B) Os servidores públicos, mesmo que tenham ratificado o ato nela impugnado, são partes passivas ilegítimas para figurarem no pólo passivo da demanda.
- C) A sentença que nela for proferida terá eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*.
- D) Reconhece a Constituição Federal a legitimidade ativa do cidadão, sendo que a Lei nº 4.717/65 apenas define como prova da cidadania para esse fim ser eleitor, mostrando-se desinfluyente para os fins da ação popular o domicílio eleitoral do autor da ação.
- E) Somente após o trânsito em julgado da sentença condenatória proferida em ação popular é que poderá ser adotada medida cautelar contra a parte condenada.

64 - Acerca de procedimentos dos juizados especiais, assinale a opção **correta**:

- A) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento de ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a quarenta vezes o valor do salário mínimo.
- B) O Ministério Público, no Juizado Especial Cível, não intervirá.
- C) Estando o incapaz devidamente representado por seus pais e sendo observada a necessária intervenção do Ministério Público, é viável que se proponha ação perante o Juizado Especial Cível.
- D) A decisão de turma recursal que define os juizados especiais como competentes para o processo e julgamento de determinada demanda somente pode ser impugnada por recurso extraordinário.
- E) O recurso será interposto no prazo de quinze dias, contados da ciência da sentença e não da juntada do comprovante de intimação.

Tutela de Interesses Difusos e Coletivos

65 - Tratando-se de inquérito civil, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **incorreta**:

- A) As provas colhidas no inquérito civil tem valor probatório relativo, porque colhidas sem a observância do contraditório, mas só devem ser afastadas quando há contraprova de hierarquia superior, ou seja, produzida sob a vigilância do contraditório.
- B) A abertura de inquérito civil não é condição preliminar ao ajuizamento de ação civil pública.
- C) A análise prévia sobre a necessidade das informações requisitadas pelo Ministério Público no âmbito de inquérito civil é da competência exclusiva dessa instituição, que tem autonomia funcional garantida constitucionalmente, não sendo permitido ao Poder Judiciário ingressar no mérito a respeito do ato de requisição.
- D) Em nenhuma hipótese poderá ser negada certidão ou informações requisitadas pelo Ministério Público para instrução de inquérito civil.
- E) Eventual irregularidade praticada na fase pré-processual não é capaz de inquinar de nulidade a ação civil pública, assim como ocorre na esfera penal, se observadas as garantias do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

66 - Analise as proposições abaixo,

- I. O Ministério Público não tem legitimidade para pedir, em ação civil pública, a indenização do DPVAT (Seguro Obrigatório de Veículos Automotores Terrestres) em benefício do segurado, ainda que o caso se refira a diversas vítimas de acidente de trânsito que perceberam indenização inferior ao previsto em lei, pois apesar de ser hipótese de defesa de direitos individuais e homogêneo, tal não se reveste de relevância social.
- II. Não possui legitimidade o Ministério Público para contestar o pagamento de impostos, contribuições e taxas mediante ação civil pública.
- III. O Ministério Público não percebe honorários de sucumbência na hipótese de procedência da ação civil pública ajuizada.
- IV. O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública para a proteção do patrimônio público, podendo postular, inclusive, a reparação direta do dano eventualmente causado a ente da Administração Pública.

São **corretas**:

- A) Somente as proposições I e II.
- B) Somente as proposições I, II e III.
- C) Somente as proposições II, III e IV.
- D) Somente as proposições III e IV.
- E) Todas as proposições.

67 - Sob o enfoque da ação popular, da ação civil pública e da ação de improbidade, assinale a alternativa **incorreta**:

- A) A ação popular é um instrumento de natureza coletiva e serve como instrumento de controle da administração pública. Referida ação visa anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- B) Em caso de ação civil pública, o servidor público deverá provocar a iniciativa do Ministério Público, ministrando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto da ação civil pública e indicando-lhes os elementos de convicção.
- C) Tratando-se de ação de improbidade, a ação principal correrá sob rito especial e será ajuizada pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, na forma do que dispõe a lei especial que a regula.
- D) Tal como na ação popular, na ação que visa apurar ato de improbidade administrativa proposta pelo Ministério Público, as pessoas jurídicas de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.
- E) Constitui crime, punido com pena de reclusão de um a três anos, mais multa, a recusa, o retardamento ou a omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público.

68 - Tratando-se de ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa **correta**:

- A) Cabe agravo de instrumento da decisão que recebe a petição inicial.
- B) Caso inexistente a notificação prévia prevista na Lei de Improbidade Administrativa, a citação válida não tem o condão de interromper o prazo prescricional.
- C) A ação civil pública tramita sempre em segredo de justiça visando garantir proteção ao direito à intimidade, previsto na Constituição Federal, do agente público a quem é imputada a prática de ato de improbidade administrativa.
- D) O juiz determinará na sentença que decretou a perda dos bens havidos de modo ilícito, oriundos da prática de ato de improbidade administrativa, a reversão destes a um fundo gerido por Conselho Estadual, de que participa o Ministério Público.
- E) O juiz, julgando improcedente a ação de improbidade administrativa, deverá sempre determinar a condenação do autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios de sucumbência.

69 - É **incorreto** afirmar que o inquérito civil no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul pode ser instaurado por:

- A) determinação do Conselho Superior do Ministério Público, quando desacolher a promoção de arquivamento de peças de informação.
- B) determinação do Procurador-Geral de Justiça, na hipótese de delegação de sua atribuição originária.
- C) requisição do Poder Judiciário.
- D) representação formulada por qualquer pessoa.
- E) determinação do Conselho Superior do Ministério Público, quando prover recurso contra a não-instauração de inquérito civil.

70 - Tratando-se de ação civil pública, é **correto** afirmar que:

- A) Um dos princípios que norteiam a ação civil pública é o princípio dispositivo.
- B) O Ministério Público não é parte legítima na propositura de ação civil pública para questionar relação de consumo resultante de ajuste a envolver cartão de crédito.
- C) É vedada a concomitância entre a ação civil pública e a ação popular.
- D) O Ministério Público não tem legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública na defesa do patrimônio público e social, visando a extinção de carteira de previdência dos vereadores e prefeito.
- E) Os entes públicos desprovidos de personalidade jurídica podem ajuizar ação civil pública, desde que tenham como finalidade institucional a defesa de um dos direitos objeto de proteção pela lei da ação civil pública.

71 - Em matéria de legitimidade e competência em sede de ação civil pública, é **correto** afirmar que:

- A) É competente a Justiça Eleitoral para julgar de ação civil pública que visa apurar ato praticado por prefeito municipal no decorrer de mandato eletivo, quando utilizou símbolos pessoais na publicidade de obras e serviços realizados pela prefeitura.
- B) Possuindo o partido político natureza associativa e preenchendo os requisitos da lei da ação civil pública, ele possui legitimidade ativa para ajuizamento desse tipo de ação coletiva.
- C) A legitimação das associações para propor ação civil pública é ordinária, em se tratando de representação de interesses ou direitos individuais homogêneos de

associados ou não associados, exigindo-se, para tanto, esteja constituída há pelo menos um ano e que o objeto da ação esteja incluído entre suas finalidades.

- D) A fundação instituída pelo poder público não possui legitimidade para ajuizamento da ação civil pública, pois somente a fundação privada detém legitimidade ativa, desde que tenha em suas finalidades institucionais a defesa de um dos direitos protegidos pela lei da ação civil pública.
- E) Havendo litisconsórcio facultativo entre o Ministério Público Estadual e o Federal no ajuizamento da ação civil pública, a competência para julgamento é do juiz estadual do local onde ocorreu o dano.

72 - Em relação ao direito ambiental, é **correto** afirmar que:

- A) A Constituição Federal, para assegurar a efetividade ao direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, determina que cabe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para a instalação de todas as obras ou atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- B) O Plano Diretor é um dos instrumentos básicos para o pleno desenvolvimento das funções ambientais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes, sendo obrigatório quando o município possui mais de vinte mil habitantes.
- C) É obrigatória a realização de audiências públicas precedendo a implementação de qualquer um dos instrumentos da política ambiental, como modo de garantir a participação da sociedade na política de proteção ambiental.
- D) A localização de usinas que operem com reator nuclear deve ser definida em lei federal e estadual, sem o que não podem ser instaladas.
- E) Para a defesa do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conjuntamente com os demais interesses difusos e coletivos, a Constituição Federal prevê, entre outros: a ação direta de inconstitucionalidade, ação civil pública, ação popular, inquérito civil e compromisso de ajustamento de conduta.

73 - Analise as proposições abaixo,

- I. O princípio da precaução somente estende o conceito de prevenção na perspectiva de uma sociedade de risco, como é a sociedade contemporânea, o que significa que se deve precaver contra todos os possíveis desdobramentos de atividades que causem impactos ambientais já conhecidos e mensurados pela ciência.
- II. O princípio do usuário-pagador fundamenta-se num instrumento que busca o uso racional dos recursos naturais, compartilhando a responsabilidade social pelos custos ambientais derivados da atividade econômica e impondo aos que usam recursos naturais a obrigação de pagar pela sua utilização.
- III. A função social da propriedade rural e urbana é atendida quando cumpridas as exigências expressas no Plano Diretor.
- IV. A Constituição Federal incluiu o princípio da defesa do meio ambiente na ordem econômica, revelando, assim, que o desenvolvimento não pode ser dissociado da proteção ambiental, pois ele sempre produz algum tipo de impacto ao meio ambiente.

São **incorretas**:

- A) Somente as assertivas I e III.
- B) Somente as assertivas II e IV.
- C) Somente as assertivas I, III e IV.
- D) Somente as assertivas I, II e III.
- E) Somente as assertivas II e III.

74 - À luz da competência para legislar em matéria ambiental, é **correto** afirmar que:

- A) Em matéria ambiental, não há competência legislativa privativa e complementar do Município.
- B) Os Estados, no âmbito da legislação concorrente, não podem legislar sobre matéria ainda não tratada pela União.
- C) Compete privativamente à União legislar sobre floresta, caça e pesca, com fulcro no princípio da predominância do interesse.
- D) As normas gerais no âmbito da competência concorrente são atribuídas à União.
- E) Mesmo que exista atuação normativa por parte da União, o Estado-membro também pode tratar das normas gerais que não atendam somente suas peculiaridades.

75 - O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC é composto pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais. Referido sistema estabelece dois grupos de unidades de conservação, as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável. NÃO é Unidade de Proteção Integral:

- A) Parque Nacional.
- B) Refúgio de Vida Silvestre.
- C) Estação Ecológica.
- D) Área de Proteção Ambiental – APA.
- E) Monumento Natural.

76 - Considere as proposições abaixo:

- I. Nos contratos de planos de saúde, é proibida a cláusula que estabelece o reajuste das prestações pecuniárias motivado pela faixa etária de pessoas muito idosas.
- II. É considerada prática abusiva nas relações de consumo prevalecer-se da ignorância do consumidor idoso, tendo em vista sua condição social, para impingir-lhe uma operação de crédito consignado.
- III. Na hipótese de práticas comerciais abusivas, é desnecessária comprovar a lesão a direito individual, sendo suficiente a demonstração a potencialidade ofensiva de tais práticas para que incidam no caso concreto as disposições do Código de Defesa do Consumidor.
- IV. Desde que expressamente prevista no contrato, de modo claro, permitindo a fácil compreensão, não é considerada abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limite no tempo a internação hospitalar do segurado.

São **corretas**:

- A) Somente as proposições I, II e III.
- B) Somente as proposições I, III e IV.
- C) Somente as proposições II, III e IV.
- D) Somente a proposição II.
- E) Todas as proposições.

77 - Nas ações coletivas de que trata o Código de Proteção e Defesa do Consumidor, é **correto** afirmar que:

- A) A sentença faz coisa julgada *intra partes*, quando a hipótese versar sobre direitos individuais difusos.
- B) Sendo o caso de interesses ou direitos difusos, na hipótese de improcedência por insuficiência de provas, não há coisa julgada material, podendo, qualquer prejudicado, intentar nova ação com os mesmos fundamentos, valendo-se de novas provas.
- C) Quando for caso de interesses ou direitos difusos, a coisa julgada ocorre *ultra partes*, mas limitada ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas.
- D) É *erga omnes* a coisa julgada quando for caso de direitos individuais homogêneos e sentença for de procedência, mas somente aproveita aquele que se habilitou até o trânsito em julgado.
- E) A coisa julgada é julgada *ultra partes*, de modo excepcional, na hipótese do grupo, categoria ou classe que não haja intervindo no curso do processo, intentar ação concorrente com mesmo objeto e diversidade do pedido que trate de interesse coletivo e homogêneo.

78 - O Estatuto do Idoso assegura, de modo geral, direitos a pessoas a partir dos sessenta anos de idade. É **exceção** a essa regra geral o direito:

- A) Aos maiores de sessenta e cinco anos, a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- B) Ao benefício mensal de um salário mínimo, conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, ao idoso, a partir dos setenta anos, que não possuir meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família.
- C) Ao desconto de 50% nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.
- D) A partir dos setenta anos, a prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda.
- E) É assegurada, a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de cinco por cento das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de modo a garantir a melhor comodidade dos idosos.

79 - Acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, considere as seguintes proposições:

- I. Necessariamente a remissão implica no reconhecimento ou comprovação da responsabilidade do ato infracional, mas não prevalece para efeitos de antecedentes.
- II. Mesmo alcançando o adolescente dezoito anos de idade depois da prática de ato infracional, é possível a sua inserção em qualquer das medidas socioeducativas previstas na lei.

- III. O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento de representação, remissão ou arquivamento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias.
- IV. O abrigo é medida provisória e excepcional, sendo manejado como forma de transição para a colocação em regime fechado, não implicando privação de liberdade.

São **corretas**:

- A) Somente as assertivas I, II e IV.
- B) Somente as assertivas I e III.
- C) Somente as assertivas II e III.
- D) Somente as assertivas I e IV.
- E) Somente as assertivas I, III e IV.

80 - Avalie se as frases a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V) e assinale a opção **correta**:

- I. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, à data do pedido de adoção, em não estando sob a guarda ou tutela dos adotantes, o adotando deverá contar com a idade de no máximo dezoito anos.
- II. A guarda destina-se a regularizar posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público.
- III. As crianças ou adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar ou institucional devem permanecer no programa por, no mínimo, dois anos.
- IV. É vedada a adoção por procuração.

- A) V, V, F, V
- B) F, V, F, V
- C) V, V, F, F
- D) F, F, V, F
- E) V, F, F, V

Direito Administrativo

81 - Os atos administrativos de licença, permissão, autorização, admissão, visto, aprovação, homologação, dispensa e renúncia, constituem espécies de:

- A) Atos negociais.
- B) Atos normativos.
- C) Atos ordinatórios.
- D) Atos enunciativos.
- E) Atos punitivos.

82 - "O ajuste administrativo pelo qual a administração adquire coisas móveis, necessárias à realização das suas obras ou à manutenção dos seus serviços", denomina-se:

- A) Contrato de serviço.
- B) Contrato de obra pública.
- C) Contrato de fornecimento.
- D) Contrato de concessão.
- E) Contrato de servidão.

83 - No caso de contratação pela Administração Pública de serviço de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde, **é correto** afirmar que se trata de hipótese de:

- A) Inexigibilidade de licitação.
- B) Exigibilidade de licitação.
- C) Vedação de licitação.
- D) Dispensa de licitação.
- E) Licitação deserta.

84 - A ação civil de improbidade administrativa por infringência aos artigos 9, 10 e 11, da Lei nº 8.429/92, prescreve em:

- A) Até três anos, após o término de mandato, de cargo em comissão, ou de função de confiança.
- B) Até cinco anos, após o término de mandato, de cargo em comissão, ou de função de confiança.
- C) Até oito anos, após o término de mandato, de contrato, de cargo em comissão, ou de função de confiança.
- D) Até dez anos, após o término de mandato, de cargo efetivo ou comissão, ou de função temporária de confiança.
- E) Até vinte anos, após o término de mandatos, exercício de cargos ou funções públicas.

85 - Em se tratando de alienação de imóvel da administração pública, havendo interesse público justificado, serão observadas as seguintes providências e normas:

- A) Será precedida de avaliação, e de autorização do Poder Executivo para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais.
- B) Se for para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia, e via- de regra, de licitação na modalidade de leilão.
- C) Dependerá de avaliação prévia e licitação, na modalidade de tomada de preços, se a venda se dirigir a outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo.
- D) Será dispensável a avaliação prévia e a licitação, na modalidade de leilão, se se tratar de permuta por outro imóvel que atenda aos requisitos do inciso X, do artigo 24 da Lei 8.666/93.
- E) Será precedida de avaliação, e de autorização do Poder Legislativo para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais.

86 - É **correto** afirmar que a parceria público-privada (PPP), é um contrato de concessão firmado entre empresa privada e o governo federal, por valor não inferior a:

- A) R\$ 5 milhões.
- B) R\$ 10 milhões.
- C) R\$ 20 milhões.
- D) R\$ 30 milhões.
- E) R\$ 40 milhões.

87 - O serviço público pode ser coativamente retomado pelo poder concedente por motivo de interesse público, tratando-se de direito de:

- A) retrocessão.
- B) rescisão.
- C) reversão.
- D) encampação.
- E) reintegração.

88 - O princípio da finalidade da Administração Pública significa:

- A) aquele que a norma de direito indica, expressa ou virtualmente, como objetivo do ato.
- B) aquele que visa propiciar o seu conhecimento e controle pelos interessados diretos e pelo povo em geral.
- C) o pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública.
- D) que o Administrador Público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum.
- E) que todas as afirmativas estão corretas.

Direito Eleitoral

89 - É **incorreto** afirmar sobre as hipóteses de inelegibilidades contidas na Lei Complementar Federal 64/90, após suas seguidas alterações legislativas:

- A) são inelegíveis para quaisquer cargos os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 anos após o cumprimento da pena, pelos crimes (dentre outros) contra o meio ambiente e a saúde pública. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de redução à condição análoga à de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.
- B) são inelegíveis para quaisquer cargos os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 anos seguintes, contados a partir da data da decisão.
- C) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 anos seguintes.
- D) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita

de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 anos a contar da eleição.

- E) os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário.

90 - Assinale a alternativa **incorreta**, relativamente aos temas do registro de candidatura e da prestação de contas, conforme eles são regulados pela Lei Federal 9504/97, após suas seguidas alterações legislativas:

- A) o pedido de registro deve ser instruído, dentre outros documentos, com a certidão de quitação eleitoral, que abrangerá exclusivamente: a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, e a aprovação das contas de campanha eleitoral.
- B) o pedido de registro deve ser instruído, dentre outros documentos, com a certidão de quitação eleitoral, que abrangerá exclusivamente: a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça Eleitoral e não remetidas, e a apresentação de contas de campanha eleitoral.
- C) a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo (dentre outras situações) pela aprovação com ressalvas, quando verificadas falhas que não lhes comprometam a regularidade.
- D) a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo (dentre outras situações) pela desaprovação, quando verificadas falhas que lhes comprometam a regularidade.
- E) a Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo (dentre outras situações) pela não prestação, quando não apresentadas as contas após a notificação emitida pela própria Justiça Eleitoral, na qual constará a obrigação expressa de prestar as suas contas, no prazo de 72 horas.

91 - Assinale a alternativa **incorreta**, sobre a forma de escolha e sobre os profissionais que integram os Tribunais Regionais Eleitorais, na condição de juízes, segundo previsão constitucional:

- A) os TRE's compor-se-ão (dentre outros) de dois juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça.
- B) os TRE's compor-se-ão (dentre outros) de um juiz do Tribunal Regional Federal com sede na Capital do Estado ou no Distrito Federal, ou, não havendo, de juiz federal, escolhido, em qualquer caso, pelo Tribunal Regional Federal respectivo.
- C) os TRE's compor-se-ão (dentre outros) de dois juízes, dentre juízes de direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça.
- D) os TRE's compor-se-ão (dentre outros), por nomeação, pelo Presidente da República, após listas tríplexes encaminhadas pela OAB e aprovadas pelo Tribunal de Justiça, de dois juízes dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.
- E) deverá haver eleição, pelo voto secreto, quanto à indicação dos juízes da classe dos desembargadores do Tribunal de Justiça, bem como quanto aos juízes da classe dos juízes de direito escolhidos pelo Tribunal de Justiça.

Direito Institucional do Ministério Público

92 - Segundo o artigo 127, § 1º, da Constituição Federal, são princípios institucionais do Ministério Público, a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Assim, é **correto** afirmar-se que:

- A) Existe unidade e indivisibilidade entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual.
- B) Há unidade e indivisibilidade entre os diversos Ministérios Públicos Estaduais da Federação.
- C) A indivisibilidade significa que os seus membros podem ser substituídos uns pelos outros aleatoriamente.
- D) A unidade e indivisibilidade vigoram dentro de cada uma das Instituições Ministeriais, nos limites da lei.
- E) A independência funcional e a autonomia funcional possuem o mesmo significado.

93 - O poder de investigação criminal pelo Ministério Público, diz respeito a função Institucional-meio de natureza Constitucional e Infraconstitucional em razão da sua atividade-fim, no exercício do "Jus puniendi" Estatal.

Diante de tal assertiva, é **correto** afirmar que:

- A) Embora seja atribuição do Ministério Público, no exercício de função típica, promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei (art. 129, inc. I, da Constituição Federal), é lícito asseverar que o Órgão Ministerial não possui o direito de acompanhar a investigação criminal, no inquérito policial, por se tratar de atividade sigilosa e inquisitiva, e de atribuição exclusiva da Polícia Judiciária (art. 144, inc. IV, da Constituição Federal).
- B) É lícito que o Membro do Ministério Público, no exercício do controle externo da atividade policial, tome declarações da vítima e depoimentos testemunhais, no inquérito policial, visando à futura proposição da ação penal pública.
- C) O Ministério Público, não está autorizado a exercer o controle externo da atividade policial (art. 129, inc. VII da Constituição Federal), em relação à investigação policial, devendo sustentar a acusação formal no processo penal, com base nos dados probatórios e elementos informativos obtidos no inquérito policial, que estejam exclusivamente vinculados à investigação criminal desenvolvida pela Autoridade Policial.
- D) O Ministério Público, está autorizado a exercer o controle externo da atividade policial, no que tange ao aspecto hierárquico e administrativo interno da prática de atos ordinatórios das Polícias Judiciárias.
- E) Trata-se de função supletiva do Órgão Ministerial, na fase preliminar de investigação, decorrente da teoria dos poderes implícitos da Constituição Federal, que se concebe por interpretação aberta da primeira parte do art. 129, inc. IX, da Lei Maior, que diz: "São funções institucionais do Ministério Público:...IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade...".

94 - O retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional denomina-se:

- A) Reintegração.
- B) Aproveitamento.
- C) Reversão.
- D) Reinserção.
- E) Recondição.

Língua Portuguesa

95 - Observe o texto a seguir, nomeando a forma de **descrição** que encerra:

“Imaginem um homem de trinta e oito a quarenta anos, alto, magro e pálido. As roupas, salvo o feitio, pareciam ter escapado ao cativo de Babilônia; o chapéu era o contemporâneo do de Gessler. Imaginem agora uma sobrecasaca, mais larga do que pediam as carnes, - ou, literalmente, os ossos da pessoa; a cor preta ia cedendo o passo a um amarelo sem brilho; o pelo desaparecia aos poucos; dos oito primitivos botões restavam três. As calças, de brim pardo, tinham duas fortes joelheiras, enquanto as bainhas eram roídas pelo tacão de um botim sem misericórdia nem graxa. Ao pescoço flutuavam as pintas de uma gravata de duas cores, ambas desmaiadas, apertando um colarinho de oito dias. Creio que trazia também colete, um colete de seda escura roto a espaços, e desabotoado”.

(ASSIS, Machado de. Memórias Póstumas de Brás Cubas)

Trata-se de descrição:

- A) Realista.
- B) De Tipo.
- C) Modernista.
- D) Romântica.
- E) De Ambiente.

96 - Aponte a oração em que o emprego da vírgula está **incorreto**:

- A) Estudou muito, logo tinha de ser aprovado.
- B) Eu fui de ônibus, ela de avião.
- C) Comunicamos ao prezadíssimo amigo, que estaremos ao seu inteiro dispor.
- D) Da Vinci, espírito enciclopédico, foi a alma da Renascença.
- E) Você que possui muitos saberes, Paulo, diga o quê fazer agora!

97 - Assinale a oração na qual a palavra "quê" aparece como **conjunção integrante**:

- A) Irei até aí, que preciso falar-te.
- B) Desejo que este ensino lhe seja proveitoso.
- C) Temos que agir sempre.
- D) Ficamos como que extasiados.
- E) Que limitada é a inteligência do homem!

98 - Assinale a série em que todas as palavras estão grafadas **corretamente**:

- A) pretensão, sucinto, regozijo, prazerosamente.
- B) obsessão, supertição, oscilar, sopetão.
- C) propulsão, chuchu, frizar, insosso.
- D) coalizão, piche, deslize, lambujem.
- E) irascível, xícara, dissensão, irriquieto.

99 - Qual frase emprega **corretamente** a crase:

- A) Dirigiu-se à Marechal Floriano.
- B) Vende-se à prazo.
- C) Refiro-me à esta carta.
- D) Enviei dois ofícios à Vossa Senhoria.
- E) Assim que saiu do escritório, dirigiu-se à casa.

100 - Correlacione as orações subordinadas adverbiais abaixo com suas respectivas classificações:

- | | |
|--|-------------------|
| I - Tantos problemas havia, que ela desistiu do projeto. | () Concessiva. |
| II - Quanto mais alto é o cargo, maior é a responsabilidade. | () Consecutiva. |
| III - Conquanto houvesse barulho, ouvia-se bem a sua voz. | () Final. |
| IV - Os portões abriram-se para que todos entrassem. | () Temporal. |
| V - Quando acabou o debate, houve a votação. | () Proporcional. |

A sequência **correta** é:

- A) I, II, IV, V, III
- B) IV, II, III, V, I
- C) II, I, IV, III, V
- D) IV, I, V, III, II
- E) III, I, IV, V, II